

CONTRATO 2016/7417-0651 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DECORRENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2015/07674 (7417) REALIZADO(A) EM CONFORMIDADE COM AS LEIS NºS 8.666 E 10.520, DE 21.06.93 E 17.07.2002, A LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14.12.2006, O DECRETO Nº 5.450, DE 31.05.2005, O DECRETO Nº 6.204, DE 05.09.2007 E O REGULAMENTO DE LICITAÇÕES DO BANCO DO BRASIL, PUBLICADO NO D.O.U. EM 24.06.96, QUE ENTRE SI FAZEM NESTA E MELHOR FORMA DE DIREITO, DE UM LADO O **BANCO DO BRASIL S.A.**, SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA, COM SEDE EM BRASÍLIA (DF), INSCRITO NO CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA SOB O NÚMERO 00.000.000/5832-78, ADIANTE DENOMINADO **CONTRATANTE**, NESTE ATO REPRESENTADO PELO(S) ADMINISTRADOR(ES) DO CESUP ADMINISTRAÇÃO CONTRATOS MG, SITUADO NA RUA DA BAHIA, 2500, LOURDES, BELO HORIZONTE (MG), CEP 30.160-012, NESTE ATO REPRESENTADA PELO(S) SR.(S) JOSÉ JOAQUIM DE OLIVEIRA, CPF: 187.042.474-34, RG 1.659.600 SSP/PE, GERENTE GERAL E CARLOS MAURÍCIO PATRÍCIO DE RESENDE, CPF: 520.698.186-91, RG MG-1.717.513 – SSP/MG, GERENTE DE ÁREA E, DO OUTRO LADO, A EMPRESA **INTERFORT SEGURANÇA DE VALORES LTDA**, RUA SANTA LEONOR, 65, BAIRRO BOA VIAGEM, CEP 51030-810 – RECIFE PE, CNPJ 04.008.185/0002-12, NESTE ATO REPRESENTADA PELO(S) SR.(S) LUIZ ANTONIO RECH, CI 6.022.457.581 SSP/RS, CPF 173.567.500-82, PROCURADOR DO(S) REPRESENTANTE(S), ADIANTE DENOMINADA **CONTRATADA**, CONSOANTE AS CLÁUSULAS ABAIXO. O PRESENTE CONTRATO TEVE SUA MINUTA-PADRÃO APROVADA PELO PARECER DIJUR-COJUR/CONSU Nº 14.388, DE 26.05.2004 E PARECER DIJUR-COJUR/CONSU Nº 14.897, DE 12.09.2005. A MINUTA ESPECÍFICA FOI APROVADA PELA NOTA JURÍDICA DIJUR-COJUR/CONSU Nº 15.308, DE 04.09.2006 E PARECER DIJUR-CTIS-ADLIC 2014/000005043-001, de 27.02.2014.

OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de vigilância armada, compreendendo postos com cobertura ininterrupta, nos termos da legislação federal vigente, para dependências utilizadas pelo CONTRATANTE, no **Estado de Pernambuco - Lote 03**.

Parágrafo Primeiro – Para a execução dos serviços objeto deste contrato, serão instalados postos de vigilância na quantidade inicial, podendo chegar à quantidade máxima estimada, de acordo com o **Documento 1** deste contrato. A instalação ou desinstalação de postos será formalmente comunicada, pelo CONTRATANTE, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do evento (instalação ou desinstalação) ou em prazo menor, se acordado entre as partes, conforme abaixo:

TIPO DE POSTOS	QUANTIDADE ESTIMADA DE POSTOS	
	MÍNIMA	MÁXIMA
TIPO "A"	164	210
TIPO "A" COM MONITORAMENTO	0	1
TIPO "B"	0	1
TIPO "C"	0	1
TIPO "C" com monitoramento	0	1
TIPO "D"	0	1
TIPO "D" COM MONITORAMENTO	0	1
TIPO "E"	0	1
TIPO "E" COM MONITORAMENTO	0	1
TIPO "F"	0	1
TIPO "G"	0	1
TIPO "H"	0	1
TIPO "I"	0	1
TIPO "J"	0	1
TIPO "K"	0	1
TIPO "L"	0	1
TIPO "M"	1	2
TIPO "N"	0	1
TIPO "O"	0	1
TIPO "P"	0	1
TIPO "P" COM MONITORAMENTO	0	1
TOTAL DE POSTOS	165	231

Parágrafo Segundo - A execução dos serviços inclui a utilização de reforço diário de postos de vigilância armada (implementação temporária de postos adicionais de vigilância) e horas adicionais (prorrogação da jornada do posto ou da cobertura dos serviços) que serão requisitados a critério do CONTRATANTE, nos limites estipulados na Cláusula Quinta.

Parágrafo Terceiro - Os serviços destinam-se a prevenir e obstar assaltos, furtos, arrombamentos, sequestros e outras ocorrências/atentados da espécie contra as dependências vigiadas, garantindo a incolumidade de funcionários e clientes e a preservação do patrimônio do CONTRATANTE, assim como o patrimônio de terceiros, eventualmente guardado/depositado nas dependências vigiadas.

Parágrafo Quarto - Os serviços serão prestados diretamente pela CONTRATADA, vedada a cessão, transferência ou subcontratação, total ou parcial, exceto se previstas neste contrato.

Parágrafo Quinto - A critério do CONTRATANTE e mediante aviso formal à CONTRATADA o presente contrato poderá sofrer acréscimos ou reduções de até 25% (vinte e cinco por cento), tendo como referência o valor atualizado correspondente à quantidade máxima de postos indicada no Parágrafo Primeiro desta Cláusula. Desde que acordado entre as partes, as supressões poderão exceder o percentual estabelecido neste parágrafo.

Parágrafo Sexto - Fica entendido que, efetuados os acréscimos previstos no parágrafo anterior, o novo valor mensal pactuado não poderá ultrapassar em 25% o valor mensal inicial atualizado do contrato.

Parágrafo Sétimo - Entende-se como VALOR MENSAL INICIAL ATUALIZADO, o valor mensal inicial do contrato acrescido de eventual reequilíbrio e das repactuações porventura concedidas, desconsiderando os acréscimos ou supressões previstos nesta Cláusula.

Parágrafo Oitavo - Os serviços objeto deste contrato serão prestados pela CONTRATADA, de forma ininterrupta, cumprindo-se os seguintes critérios:

- a) dependências com atendimento ao público - de acordo com o previsto no "PLANO DE SEGURANÇA", descrito na Cláusula Segunda, abaixo, ressaltando que, durante todo o expediente interno a dependência deverá estar coberto com, no mínimo, 1 posto e, durante o expediente ao público com todos os postos exigidos pela legislação vigente;
- b) demais dependências e postos - os serviços serão prestados pela CONTRATADA em horários a serem definidos pelo CONTRATANTE;
- c) a execução dos serviços prestados nos locais relacionados no **Documento n.º 2** envolverá operação de monitoramento eletrônico de segurança nas dependências a serem vigiadas, mediante comunicação expressa do CONTRATANTE ao CONTRATADO.

ELABORAÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA

CLÁUSULA SEGUNDA - A CONTRATADA responsabiliza-se pela elaboração, sempre que necessário, de "PLANO DE SEGURANÇA", sem ônus extra para o CONTRATANTE, para cada uma das dependências a serem vigiadas, nos estritos limites da legislação federal específica sobre segurança bancária. O "PLANO DE SEGURANÇA", contemplando as normas de atuação fornecidas pelo CONTRATANTE e, após sua aprovação, servirá para estabelecer o esquema estratégico de vigilância armada no local.

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA deverá apresentar, em até 30 (trinta) dias após a data do início da prestação dos serviços e até o quinto dia útil do mês de janeiro de cada ano, o "CRONOGRAMA DE VISITAÇÃO" das dependências do CONTRATANTE a serem vigiadas, no qual será previsto, obrigatoriamente, a periodicidade mínima de visitas para cada mês.

Parágrafo Segundo – O "PLANO DE SEGURANÇA" de cada dependência será, obrigatoriamente, entregue pela CONTRATADA, ao CONTRATANTE, em até 30 (trinta) dias após a data limite estipulada para a primeira visita, no "CRONOGRAMA DE VISITAÇÃO".

Parágrafo Terceiro – O "PLANO DE SEGURANÇA" será, obrigatoriamente, elaborado de forma a contemplar os recursos/equipamentos existentes e alocados para a dependência do CONTRATANTE a que se refere.

Parágrafo Quarto – A falta de apresentação do "PLANO DE SEGURANÇA", ou sua apresentação irregular configura descumprimento integral do contrato, podendo o CONTRATANTE, promover sua rescisão, com base no artigo 78, da Lei 8.666/93.

PLANO DE QUALIDADE E OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS "PQOS"

CLÁUSULA TERCEIRA – A CONTRATADA obriga-se a apresentar ao Banco do Brasil S.A – CESUP ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATOS MG – Rua da Bahia, nº 2.500, 5º andar, bairro de Lourdes, Belo Horizonte/MG – CEP 30.160-012, no prazo de 15 (quinze) dias contados da assinatura deste contrato, "PLANO DE QUALIDADE E OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS – PQOS", a ser aprovado pelo CONTRATANTE, por intermédio da DIGES – Diretoria de Gestão da Segurança.

Parágrafo Primeiro – O "PQOS" deverá ser apresentado sob a forma de relatório, onde constem as seguintes especificações:

ITEM	PLANO DE QUALIDADE E OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS
01	RECRUTAMENTO, SELEÇÃO E RECICLAGEM DE VIGILANTES a) exigência de formação ou reciclagem dos vigilantes, concluídos há menos de 2 (dois) anos da data da contratação dos serviços; b) aplicação de testes físicos e psicotécnicos para comprovação das aptidões dos vigilantes; c) aplicação de treinamento específico, antes da assunção dos serviços, para manuseio de equipamentos de segurança utilizados pelas instituições financeiras, com base em material didático a ser fornecido pela DIGES – Diretoria de Gestão da Segurança, na data da assinatura do contrato. d) comprovação, relativamente a cada empregado seu, da idoneidade moral necessária ao exercício dos serviços de vigilância e da inexistência de ações criminais. e) apresentação de cronograma para reciclagem dos vigilantes.
02	APOIO LOGÍSTICO - existência, na região do lote contratado, de sede ou base operacional, com plantão 24 h, dotada, no mínimo, de fax, telefone, local apropriado para guarda de armas e munições e veículo com sistema de comunicação com a base/sede, para atendimento emergencial ao contratante.
03	MONITORAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS a) apresentação dos métodos de acompanhamento e avaliação da performance dos vigilantes; b) apresentação de check-list de verificação a ser utilizado na supervisão dos serviços, devendo os relatórios serem mantidos em arquivo pelo prazo mínimo de 1(um) ano.
04	RESERVA TÉCNICA a) apresentação de estratégia operacional/metodologia adotada para a utilização de "reserva técnica", rotina de substituição e reforço dos vigilantes, inclusive para os pontos mais distantes ou de maior dificuldade; b) apresentação de planilha com demonstrativo do cálculo da definição da reserva técnica.

05

MANUTENÇÃO DE ARMAS E MUNIÇÕES

- apresentação de plano de manutenção do armamento, de realização anual de teste real de tiro das armas e de substituição da munição do armamento.

Parágrafo Segundo – A falta de apresentação do “PQOS”, ou o não preenchimento dos critérios mínimos de qualidade previstos, a que se refere o *caput* desta Cláusula, configura descumprimento integral do contrato, podendo o CONTRATANTE promover a sua rescisão, com base no art. 78, da Lei 8.666/93.

Parágrafo Terceiro – O CONTRATANTE acompanhará e fiscalizará a implantação e execução do “PQOS”, em especial no que se refere ao recrutamento, seleção, reciclagem de vigilantes e à aquisição de armamento e munição, aquisição/locação de equipamentos ou imóveis, podendo, para tanto, solicitar informações à CONTRATADA, visitar as suas instalações e exigir o cumprimento das demais obrigações previstas neste contrato.

VIGÊNCIA E RESCISÃO

CLÁUSULA QUARTA- A vigência deste contrato é de **30 (trinta) meses**, contada do início da prestação dos serviços, prorrogável por até 60 (sessenta) meses.

Parágrafo Primeiro - Os serviços deverão ser iniciados em até 100 (cem) dias corridos, a contar da data de assinatura deste contrato.

Parágrafo Segundo – Quando do início dos serviços, a CONTRATADA protocolará junto ao CONTRATANTE o “Termo de Assunção dos Serviços”, conforme modelo constante do **Documento nº4** deste contrato.

Parágrafo Terceiro - Toda prorrogação de prazo será justificada por escrito e ocorrerá mediante formalização de aditivo.

Parágrafo Quarto - A rescisão deste contrato poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:

- a) administrativamente, a qualquer tempo, por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII a XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93, atualizada pela Lei 9.854, de 27.10.99;
- b) amigavelmente, formalizada em autorização escrita e fundamentada do CONTRATANTE, mediante aviso prévio por escrito, de 90 dias ou de prazo menor a ser negociado pelas partes à época da rescisão;
- c) judicialmente, nos termos da legislação.

Parágrafo Quinto – A rescisão também poderá ocorrer, quando a CONTRATADA:

- a) não apresentar comprovante de garantia na forma da Cláusula Nona para o cumprimento das obrigações contratuais;
- b) motivar a suspensão dos serviços por parte de autoridades competentes. Neste caso, a CONTRATADA responderá por eventual aumento de custos daí decorrentes e por perdas e danos que o CONTRATANTE, como consequência, venha a sofrer;
- c) deixar de comprovar sua regularidade fiscal e trabalhista, inclusive contribuições previdenciárias e depósitos do FGTS, para com seus empregados;
- d) for responsável por operações em curso anormal junto a qualquer agência do CONTRATANTE, desde que o endividamento venha a comprometer a execução do Contrato;
- e) vier a ser declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública;
- f) vier a ser atingida por protesto de título, execução fiscal ou outros fatos que comprometam a sua capacidade econômico-financeira; e
- g) utilizar em benefício próprio ou de terceiros informações sigilosas às quais tenha acesso por força de suas atribuições contratuais.

Parágrafo Sexto - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Sétimo - As responsabilidades imputadas à CONTRATADA, por prejuízos decorrentes de ações delitivas perpetradas contra o CONTRATANTE, não cessam com a rescisão do contrato.

Parágrafo Oitavo - A rescisão acarretará as seguintes consequências imediatas:

- a) execução da garantia contratual, para ressarcimento, ao CONTRATANTE, dos valores das multas aplicadas ou de quaisquer outras quantias ou indenizações a ele devidas;
- b) retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE.

PREÇO

CLÁUSULA QUINTA – O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, mensalmente, o valor referente aos serviços efetivamente prestados, até o limite de **R\$ 1.177.729,74 (um milhão cento e setenta e sete mil setecentos e vinte e nove reais e setenta e quatro centavos)**, valor este correspondente à quantidade máxima de postos, acrescido de 20% relativo a horas-extras e reforços utilizados, conforme discriminado no Demonstrativo de Orçamento de Custos integrante do **Documento nº1** deste contrato.

Parágrafo Primeiro - No valor fixado nesta cláusula, estão incluídas todas as despesas necessárias à plena execução dos serviços, a exemplo de despesas com pessoal, com administração e todos os encargos (obrigações sociais, trabalhistas, impostos, taxas, etc.) incidentes sobre o serviço, intrajornada, convenção coletiva da categoria, reserva técnica, função de render vigilante que se ausente de seu posto para cumprir intervalo de almoço etc.

CLÁUSULA SEXTA - O valor estipulado na cláusula anterior poderá ser revisto mediante solicitação formal da CONTRATADA, em que fique comprovada a variação no custo dos insumos que compõem o preço dos serviços, adotando-se como parâmetro os preços praticados no mercado, mediante negociação entre as partes.

Parágrafo Primeiro – Para comprovar a variação no custo dos insumos que compõem o preço dos serviços, deverá ser apresentada planilha que contemple os mesmos itens do **Documento nº 1** cotados na licitação, que é parte integrante deste Contrato, e outros documentos pertinentes, se for o caso.

Parágrafo Segundo - A primeira revisão poderá ocorrer somente após o prazo de um ano, contado a partir da data prevista para a apresentação da proposta na licitação, ou do orçamento de custos a que a proposta se referir, mantendo-se para as revisões subsequentes, a mesma periodicidade anual.

Parágrafo Terceiro - A CONTRATADA somente fará jus à revisão do valor estipulado na **Cláusula Quinta**, com efeitos retroativos, se apresentar a correspondente solicitação dentro do prazo de até 3 (três) meses, a contar da data da homologação da convenção ou do acordo coletivo que fixar o novo salário normativo da categoria profissional abrangida por este Contrato, tornando-se única e exclusiva responsável pelos prejuízos decorrentes da não apresentação da solicitação no período aqui determinado.

Parágrafo Quarto – Não serão admitidos como justificativas para embasar pedidos de revisão de preços, eventuais reajustes concedidos pela CONTRATADA a seus empregados, cujos termos colidam com a política econômica do Governo Federal, ou que concedam aumentos salariais e/ou vantagens não praticadas por outros setores da economia.

Parágrafo Quinto – O disposto nesta Cláusula não impede a eventual concessão de reequilíbrio contratual, na forma do art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei 8.666/93.

Parágrafo Sexto - Para comprovar a variação no custo dos insumos que compõem o preço dos serviços, deverá ser apresentada planilha que contemple os mesmos itens do Documento nº 01, parte integrante deste contrato, e outros documentos pertinentes.

PAGAMENTO

CLÁUSULA SÉTIMA - A nota fiscal/fatura deverá:

- a) conter o número do Contrato, o objeto contratual e o mês da prestação dos serviços;
- b) conter agência e número da conta corrente;
- c) conter a indicação dos serviços prestados, a identificação das dependências (prefixo, nome e endereço) onde esses serviços foram efetivamente realizados, assim como os respectivos valores proporcionais, na forma do modelo constante do **Documento nº 3** deste contrato.
- d) ser entregue ao CONTRATANTE, até o 1º dia útil posterior ao dia 10 do mês subsequente ao da prestação do serviço, para o respectivo pagamento dos serviços, na forma do Parágrafo Primeiro desta Cláusula. Eventuais atrasos na entrega da nota fiscal/fatura autorizam o CONTRATANTE a postergar a data do pagamento pela quantidade de dias de atraso. (ATENÇÃO: QUANDO NÃO HOUVER IMPEDIMENTO LEGAL NO ÂMBITO DO ISSQN, O MÊS DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL/FATURA DEVE COINCIDIR COM O MÊS DA REALIZAÇÃO DO PAGAMENTO, PARA QUE O RECOLHIMENTO DE INSS OCORRA DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO, NO DIA 10 OU DIA ÚTIL POSTERIOR DO MÊS SUBSEQUENTE AO DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL/FATURA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO).
- e) ser emitida ao menos dois documentos fiscais, quando o serviço for prestado em várias unidades do CONTRATANTE, sendo um para as unidades localizadas no mesmo município de emissão do documento fiscal (emitido contra CNPJ de unidade do Banco do Brasil localizada no município de emissão do documento fiscal); e outro documento fiscal relacionado aos serviços prestados em outros municípios (emitido contra CNPJ de unidade regional do Banco do Brasil localizada em município diverso da emissão do documento fiscal).

Parágrafo Primeiro - O pagamento será creditado em conta corrente mantida no Banco do Brasil S.A., em nome da CONTRATADA, no 7º (sétimo) dia útil após o dia 15 do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal/fatura ou recibo da prestação de serviços, acompanhada do Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (relativo a prestação de serviços nos municípios em que o documento é exigido).

Parágrafo Segundo - Deverá ser apresentada, anexa à nota fiscal/fatura ou recibo de prestação de serviços:

- a) fatura "A" - contemplará a dotação dos postos fixos de vigilância contratados, considerados os serviços prestados do primeiro ao último dia do mês correspondente à entrega da nota fiscal/fatura. Deverá ser anexada, relação discriminando os serviços por dependência usuária, com a indicação do valor, tipo e quantidade de postos de vigilância que compõem a dotação fixa contratada;
- b) fatura "B", contemplará a nota fiscal/fatura correspondente aos serviços eventuais contratados, não executados pela dotação fixa, no período compreendido entre o primeiro e o último dia do mês anterior ao da entrega da documentação, acompanhada de mapa demonstrativo com detalhamento, por dependência usuária, desses serviços;
b.1) No caso de reforço, o CONTRATANTE ressarcirá à CONTRATADA o equivalente a 1 (um) dia do valor mensal por tipo de posto solicitado.

Parágrafo Terceiro - Deverá ser apresentada, anexa à nota fiscal/fatura ou recibo da prestação de serviços, cópia da GFIP - Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social, comprovadamente entregue na rede bancária autorizada. A GFIP deverá:

- a) ser preenchida em nome da CONTRATADA;

- b) relacionar todos os empregados da CONTRATADA encarregados da execução dos serviços previstos neste contrato e em outros contratos mantidos com o CONTRATANTE;
- c) ser emitida para cada estabelecimento (CNPJ) do CONTRATANTE ou de forma global (apenas para o CNPJ da dependência contratante) que contemple todos os estabelecimentos, sendo necessária, independente do caso, a apresentação, em separado, de relação dos empregados encarregados da execução dos serviços previstos no presente contrato, com a indicação dos serviços por eles executados e do estabelecimento do CONTRATANTE onde tais serviços foram prestados;
- d) ser correspondente à última competência de recolhimento vencida, imediatamente anterior à data do pagamento;
- e) ser emitida, de forma única, por competência, contemplando não somente os serviços previstos no presente contrato, mas em todos os contratos mantidos com o CONTRATANTE;
- f) caracterizar-se como retificadora, para fins de Previdência Social, quando suceder a anteriormente entregue na mesma competência e para o mesmo CNPJ do CONTRATANTE, por força do disposto no Manual da GFIP.

Parágrafo Quarto – A CONTRATADA deverá apresentar, anexa à nota fiscal/fatura ou recibo da prestação de serviços:

- a) prova de quitação, na forma da Cláusula Sexta, da folha de pagamento específica deste contrato, relativa ao mês da prestação de serviços, do crédito ao(s) empregado(s) dos valores referentes tanto à remuneração mensal quanto ao 13º salário, contendo o nome do(s) empregado(s) e o valor do crédito promovido, preferencialmente, em meio eletrônico – CD/DVD ROM;
- b) comprovantes específicos, se for o caso, do contrato de fornecimento de auxílio-transporte e auxílio alimentação, preferencialmente, em meio eletrônico – CD/DVD ROM;

Parágrafo Quinto - Constatando o CONTRATANTE qualquer divergência ou irregularidade na nota fiscal/fatura ou recibo de prestação de serviços ou na prova de quitação dos comprovantes específicos do contrato de fornecimento de auxílio-transporte e auxílio-alimentação ou ainda a falta do Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica, o documento será devolvido à CONTRATADA em, no máximo, 10 (dez) dias corridos, a contar da apresentação, acompanhado das informações correspondentes às irregularidades verificadas, para as devidas correções. Neste caso, o CONTRATANTE terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da reapresentação do documento, para efetuar o pagamento.

Parágrafo Sexto – O CONTRATANTE efetuará a retenção e o recolhimento de tributos, quando a legislação assim o exigir.

Parágrafo Sétimo - O CONTRATANTE poderá exigir, quando do pagamento, a comprovação em meio eletrônico (CD-ROM) do cumprimento das obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias, inclusive decorrentes de 13º salários, auxílio alimentação e auxílio transporte, acidentes de trabalho, indenizações, multas e outras obrigações atinentes ao presente contrato, reservando-se o direito de reter o valor correspondente aos pagamentos devidos até a efetiva regularização das obrigações pendentes.

Parágrafo Oitavo – Os comprovantes exigidos neste contrato relativos a pagamentos dos salários dos empregados da empresa, vale transporte, vale alimentação, 13º salário e demais benefícios previstos pela convenção coletiva da categoria profissional envolvida devem ser entregues ao CONTRATANTE em meio eletrônico (CD ROM).

Parágrafo Nono – A CONTRATADA se obriga a substituir o CD-ROM de que tratam as comprovações exigidas nos parágrafos anteriores em até 24 horas, a partir da notificação, caso sejam identificados danos que impeçam sua correta leitura pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Décimo – Eventuais débitos vencidos, de responsabilidade da CONTRATADA junto a qualquer agência do CONTRATANTE, poderão ser compensados com recursos oriundos deste Contrato, respeitadas as formalidades legais.

Parágrafo Décimo Primeiro – A CONTRATADA que se declarar amparada por isenção, não incidência ou alíquota zero, deve informar esta condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, apresentando as declarações pertinentes, conforme modelo no **Documento nº 5** deste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – A CONTRATADA concorda em firmar convênio, sem custo adicional, com o Banco do Brasil S.A., por intermédio da agência **0022-1 - COMERCIAL NATAL-NATAL,RN**, para processar a folha de pagamento dos empregados que executaram o serviço contratado. O processamento da folha de pagamento deverá ocorrer no mesmo dia do pagamento dos valores decorrentes deste CONTRATO.

GARANTIA

CLÁUSULA NONA – A CONTRATADA entregará ao CONTRATANTE comprovante de garantia, na modalidade caução em dinheiro ou fiança bancária ou seguro-garantia, no valor de **R\$ 1.472.162,18 (um milhão quatrocentos e setenta e dois mil cento e sessenta e dois reais e dezoito centavos)**, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor deste contrato, como forma de garantir a perfeita execução de seu objeto. **[Será exigida garantia de 5% (cinco por cento) do valor global correspondente à quantidade inicial/atual de postos indicada no Parágrafo Primeiro da Cláusula Primeira e Documento nº 1 deste contrato].**

Parágrafo Primeiro - A garantia deverá ser entregue, no prazo máximo de 15 dias contados da data de início da prestação dos serviços deste contrato no seguinte endereço: **Banco do Brasil S.A – CENOP LOGISTICA BELO HORIZONTE – LICITAÇÃO 1 – Rua da Bahia, nº 2.500, 5º andar, bairro de Lourdes, Belo Horizonte/MG – CEP 30.160-012.**

Parágrafo Segundo – O pagamento das faturas poderá ser suspenso quando não apresentada a garantia, no prazo e local estipulados no parágrafo anterior.

Parágrafo Terceiro – Quanto às modalidades de garantia:

- a) O valor em dinheiro depositado em caução será administrado pelo BANCO DO BRASIL S.A., por meio de aplicações financeiras, de comum acordo com a CONTRATADA, que terá acesso aos extratos de simples verificação da conta de caução.
- b) Em caso de fiança bancária, deverão ser observados os seguintes requisitos:
 - ser emitida por instituição financeira idônea, devidamente autorizada a funcionar no Brasil, que, em nome da contratada, garante a plena execução contratual e responde diretamente por eventuais danos que possam ser causados na execução contratual;
 - registro no Cartório de Títulos e Documentos, conforme exigido no art.129 da Lei 6015/73 (Lei de Registros Públicos);
 - prazo de validade correspondente a 2 (dois) anos após o período de vigência do contrato;
 - declaração da instituição financeira de que a carta fiança é concedida em conformidade com o disposto no art. 34 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, nos termos do art. 2º da Resolução CMN nº 2.325, de 1996, do Conselho Monetário Nacional;
 - expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário e principal pagador, fará o pagamento ao Banco do Brasil S.A., independentemente de interposição judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações;
 - expressa renúncia do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos artigos 827 e 838 do Código Civil; e

- cláusula que assegure a atualização do valor afiançado.
Obs.: Não será aceita fiança bancária que não atenda aos requisitos estabelecidos.
- c) Em se tratando de seguro-garantia:
 - a apólice deverá indicar:
 - CONTRATANTE como beneficiário; e
 - que o seguro garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, no instrumento contratual, inclusive as de natureza trabalhista e/ou previdenciária, até o valor da garantia fixado na apólice;
 - a apólice deverá conter cláusula adicional prevendo a abrangência sobre as Ações Trabalhistas e Previdenciárias, até dois anos após a finalização do contrato, respeitando as Condições Especiais de Coberturas Adicionais previstas nos anexos à Circular SUSEP 477/2013;
 - não será aceita apólice que contenha cláusulas contrárias aos interesses do Banco.

Parágrafo Quarto – Havendo majoração do preço contratado, fica a critério do CONTRATANTE solicitar formalmente à CONTRATADA a integralização da garantia, limitada a 5% (cinco por cento) do novo preço. No caso de supressão, a alteração na garantia para adequação ao novo valor ocorrerá mediante solicitação da CONTRATADA, respeitado o percentual de 5% (cinco por cento) do novo preço contratado.

Parágrafo Quinto - A garantia responderá pelo fiel cumprimento das disposições do contrato, ficando o CONTRATANTE autorizado a executá-la para cobrir multas, indenizações ou pagamento de qualquer obrigação, inclusive em caso de rescisão.

Parágrafo Sexto - Utilizada a garantia, a CONTRATADA obriga-se a integralizá-la no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado da data em que for notificada formalmente pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Sétimo – O valor da garantia somente será liberado à CONTRATADA dois anos após o término ou rescisão do contrato, desde que não possua dívida inadimplida com o CONTRATANTE e mediante expressa autorização deste.

Parágrafo Oitavo – A garantia a ser apresentada responderá pelo cumprimento das obrigações da contratada eventualmente inadimplidas na vigência deste Contrato e da garantia, e não serão aceitas se o garantidor limitar o exercício do direito de execução ou cobrança ao prazo de vigência da garantia.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

CLÁUSULA DÉCIMA – Obriga-se a CONTRATADA a:

Parágrafo Primeiro - Cumprir todas as condições deste contrato e as leis federais, respectivos regulamentos e exigências que disciplinam os serviços objeto deste contrato.

Parágrafo Segundo - Manter, desde a data da assunção dos serviços, todas as ações, critérios, equipamentos e infra estrutura mínimos discriminados no "PLANO DE QUALIDADE E OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS – PQOS", que integra este contrato, para todos os fins de direito.

Parágrafo Terceiro - Manter ininterruptamente cobertos todos os postos contratados, conforme estabelecido no Parágrafo Sexto, da Cláusula Primeira, deste contrato.

Parágrafo Quarto - Utilizar somente vigilantes registrados em seu quadro de pessoal, com treinamento específico para o exercício das funções inerentes à prestação dos serviços objeto deste contrato, aptos a portar armamento e prestar serviços de ação preventiva e repressiva, nas áreas indicadas pelo CONTRATANTE. Os vigilantes deverão possuir certificado de conclusão do curso de formação de vigilantes, expedidos por entidades competentes e portar a Carteira Nacional de Vigilantes em conformidade com a legislação em vigor.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA se obriga a fornecer, sem custos para o CONTRATANTE, e ao menos a cada 6 (seis) meses, orientações e instruções sobre a forma adequada de atuação dos vigilantes nas suas dependências, em local apropriado para a reunião. Os encontros serão realizados fora do horário de serviço do vigilante, preferencialmente aos sábados e em turmas de no máximo 100 (cem) integrantes, sendo que a CONTRATADA deverá proporcionar o primeiro encontro em data anterior ao início da prestação dos serviços. Os eventos deverão contar com a presença de pelo menos um dos representantes da área de segurança do CONTRATANTE.

Parágrafo Sexto- Manter reserva técnica para cobertura de postos descobertos em decorrência de ausências de qualquer natureza dos vigilantes designados para a prestação dos serviços ora contratados.

Parágrafo Sétimo – Efetuar imediata reposição da mão de obra necessária aos serviços contratados, em caso de eventual ausência ou falta do empregado.

Parágrafo Oitavo – Promover gestão junto às autoridades de segurança e arremeter recursos para, em caso de greve de seus empregados, não deixar desguarnecidos os postos vigilados.

Parágrafo Nono - Fornecer, além do enxoval de uniforme previsto no Dissídio Coletivo da Categoria, os seguintes equipamentos:

- a) 1(um) cordão de segurança da arma – Alamar – 01 unidade
- b) colete à prova de balas, para os postos tipos "E" e "F";
- c) coletes à prova de balas, para os demais postos quando o fornecimento for obrigatório por força de determinação legislativa, Convenção ou Dissídio Coletivo da Categoria;

Parágrafo Décimo – Apresentar comprovante de reciclagem dos vigilantes designados para prestação dos serviços objeto deste contrato, a cada 2 (dois) anos, a contar da data do término da formação ou da última reciclagem, por intermédio de empresas de treinamento devidamente autorizadas.

Parágrafo Décimo Primeiro - Apresentar comprovante de exame de saúde física e mental dos vigilantes utilizados na execução dos serviços objeto deste contrato, a cada 12 (doze) meses. Os comprovantes de saúde dos prepostos lotados nos VALORES E VALORES/SERET/PEE serão comprovados a cada 6 (seis) meses e incluem os resultados dos exames oftalmológico, auditivo, neurológico, psicológico e nível de "stress".

Parágrafo Décimo Segundo - Fornecer as armas – calibre 38 – e munições necessárias à execução dos serviços contratados e os equipamentos portáteis de uso do vigilante que sejam considerados indispensáveis à manutenção de elevados padrões de serviço.

Parágrafo Decimo Terceiro - Manter, em sua sede e filiais reserva técnica, visando garantir a substituição, quando necessário, dos equipamentos utilizados pelos vigilantes designados para a execução dos serviços contratados.

Parágrafo Décimo Quarto – Responsabilizar-se pela manutenção e guarda das armas, providenciando mobiliário e acessórios adequados. Disponibilizar 02 (duas) cargas completas de munição por arma, que deverá ser substituída por uma nova munição a cada 12 (doze) meses, no máximo.

Parágrafo Décimo Quinto - Realizar o controle de acesso das dependências vigiladas, de acordo com normas internas do CONTRATANTE.

Parágrafo Décimo Sexto - Atender, em sua totalidade, e no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas da solicitação, os pedidos de reforço formalizados pelo CONTRATANTE. O não atendimento das solicitações de reforço configura responsabilidade da CONTRATADA por eventuais prejuízos sofridos pelo CONTRATANTE, em virtude de assaltos, arrombamentos, desaparecimento de

materiais e outras ocorrências da espécie, sucedidas durante o período para o qual foi solicitado o reforço.

Parágrafo Décimo Sétimo – Realizar compromisso de responsabilização pelo qual seus diretores e empregados guardem como segredo profissional todas as informações e bens que lhes venham a ser confiadas para fins do cumprimento do presente contrato.

Parágrafo Décimo Oitavo - Exercer fiscalização e controle sistemático do desempenho de seus vigilantes, por meio de, no mínimo, uma visita mensal de seus supervisores às dependências vigiadas.

Parágrafo Décimo Nono - Emitir "LIVRO DE OCORRÊNCIAS" para cada dependência vigiada, contendo as páginas numeradas, termo de abertura e encerramento. O preposto da CONTRATADA registrará no "LIVRO DE OCORRÊNCIAS", dentre outras situações, a data e horário da fiscalização e as ocorrências observadas. O "LIVRO DE OCORRÊNCIAS" ficará em posse da administração da dependência vigiada.

Parágrafo Vigésimo- Supervisionar diariamente os serviços executados, por intermédio de representante da CONTRATADA especialmente designado e credenciado para esse fim, sempre que o contingente fixo de vigilância que atuar em um mesmo prédio e, simultaneamente, em um mesmo turno, for composto por mais de 10 vigilantes. Quando o número de "Postos Tipo C" em um mesmo prédio for superior a 10, o serviço de supervisão deverá ser ininterrupto; observado que:

- a) o supervisor da CONTRATADA a que se refere este inciso deverá permanecer, durante o turno considerado, no ambiente da dependência vigiada;
- b) o supervisor poderá ser solicitado, pelo CONTRATANTE, mesmo que o número de vigilantes não atinja a quantidade retro mencionada;
- c) para a execução da supervisão a que se refere o *caput* deste parágrafo, a CONTRATADA obriga-se a fornecer 01 (um) rádio comunicador por pavimento existente na dependência vigiada.

Parágrafo Vigésimo Primeiro - Fornecer rádios HT para comunicação entre os postos, para as dependências com mais de 2 (dois) pavimentos. A relação inicial das dependências consta na coluna "RÁDIOS HT", da Relação de Dependências. Tais rádios deverão conter, obrigatoriamente, acessórios que permitam a comunicação ininterrupta e possibilite ao vigilante estar com as mãos livres (microfone de orelha ou de cabeça e sistema de acionamento sensível à voz). A CONTRATADA deverá, também, fornecer baterias (cargas) em quantidade que garanta o funcionamento pleno dos equipamentos durante a atividade dos postos, bem como deve ser preservada a manutenção de forma a não ocorrerem situações de descontinuidade de uso do recurso. A especificação mínima dos rádios HT consta no Documento nº 2 deste contrato.

Parágrafo Vigésimo Segundo - Providenciar, de imediato, a correção de qualquer irregularidade detectada na prestação dos serviços, após comunicação formal do CONTRATANTE.

Parágrafo Vigésimo Terceiro - Comunicar ao CONTRATANTE, imediata e formalmente, qualquer anormalidade ou dificuldade constatada na execução dos serviços.

Parágrafo Vigésimo Quarto - Responder, civilmente, por quaisquer lesões de direito decorrentes de ação ou omissão de seus diretores, empregados, prepostos ou mandatários, aí incluídos eventuais danos emergentes e lucros cessantes.

Parágrafo Vigésimo Quinto - Ressarcir ao CONTRATANTE todos os danos decorrentes da subtração de seus bens ou valores, ou de bens e valores de terceiros, tanto daqueles guardados/depositados nas dependências vigiadas, como dos que se encontrem na posse desses terceiros, durante sua permanência nas dependências vigiadas, quando tais ações ocorrerem por culpa da CONTRATADA.

Parágrafo Vigésimo Sexto - Ressarcir ao CONTRATANTE os danos resultantes da divulgação ou uso indevidos de informações sigilosas do CONTRATANTE, quando tais ações forem praticadas por prepostos ou empregados da CONTRATADA, ou quando tais ações ocorrerem em consequência de atos seus, omissivos ou comissivos.

Parágrafo Vigésimo Sétimo - Responsabilizar-se, na hipótese de ocorrência de acidentes de trabalho em que sejam vítimas seus empregados, por todas as obrigações estabelecidas pela legislação específica, adotando as providências ali previstas.

Parágrafo Vigésimo Oitavo - Cumprir toda e qualquer instrução do CONTRATANTE que vise a resguardar a segurança das dependências vigiladas, inclusive no que diz respeito ao controle de acesso àquelas dependências.

Parágrafo Vigésimo Nono - Manter sob sua responsabilidade a guarda de comprovante de aquisição ou locação de equipamentos e, aquisição de armas, munições e veículos, a serem utilizados na prestação dos serviços ora contratados.

Parágrafo Trigésimo - A qualquer tempo, a pedido do CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá apresentar a documentação comprobatória das exigências contidas nesta cláusula;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Para cada empregado que será alocado na execução dos serviços do CONTRATANTE, incluindo a reserva técnica a que se refere o Parágrafo Sexto da Cláusula Décima, a CONTRATADA deverá apresentar até o 5º (quinto) dia útil que antecede a data de início da prestação dos serviços os seguintes documentos:

- a) ficha individual para cada empregado, acompanhada de fotografia atualizada no tamanho 3x4, contendo, no mínimo, os seguintes indicadores:
 - nome completo;
 - número do documento de identidade, data e órgão expedidor;
 - CPF;
 - endereço;
 - nome dos genitores;
 - estado civil e, se casado, o nome do cônjuge;
 - dependência do CONTRATANTE para onde será alocado o empregado.
- b) comprovante de registro profissional na Delegacia Regional do Trabalho do Ministério do Trabalho; certificado de conclusão de curso de formação de vigilante e, quando for o caso, reciclagem; Carteira de Trabalho e Previdência Social, na parte referente à identificação e vínculo empregatício e laudo médico comprovando estar em boas condições de saúde física e mental;
- c) declaração, assinada pelo representante legal da CONTRATADA, de que foi comprovado, relativamente a cada empregado seu, a idoneidade moral necessária ao exercício dos serviços de vigilância, mediante verificação do bom conceito funcional nos últimos 2 (dois) empregos, a comprovação de residência e a inexistência de antecedentes criminais.
- d) comprovante da apólice de seguro de vida em grupo, que deverá conter o número da apólice, o nome da empresa, o número de segurados e a data de vencimento.

Parágrafo Primeiro – Os arquivos contendo os dados e datas de vencimento constantes das alíneas "a" e "d" desta Cláusula, deverão ser entregues, pela CONTRATADA, em disquete.

Parágrafo Segundo - A ficha individual de cada vigilante e as cópias dos documentos comprobatórios arroladas na alínea "b" desta Cláusula, serão encaminhados à dependência do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O CONTRATANTE reserva-se o direito de impugnar a prestação do serviço por vigilante que, através da documentação apresentada, não preencha as condições exigidas para a prestação dos serviços de vigilância armada em suas dependências.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - A CONTRATADA obriga-se a fornecer ao CONTRATANTE, para sua aprovação, toda a documentação solicitada nas alíneas "a" a "d" da CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA, relativa a cada novo empregado designado para a execução dos serviços ora contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Deverá a CONTRATADA apresentar comprovante de contratação e/ou renovação do seguro de vida em grupo, assegurado aos vigilantes pelo inciso IV, do art. 19, da Lei nº 7.102, de 20.06.83, e suas atualizações.

CLÁUSULAS GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Para realização dos serviços contratados, a CONTRATADA designará empregados de seu quadro, especializados e devidamente credenciados, assumindo total responsabilidade pelo controle de frequência, disciplina e pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias, inclusive as decorrentes de acidentes, indenizações, multas, seguros, pagamentos a fornecedores diretos, normas de saúde pública e regulamentadoras do trabalho, assim como pelo cumprimento de todas as demais obrigações atinentes ao presente contrato, inclusive a intrajornada, a reserva técnica e a função de render vigilante que se ausente de seu posto para cumprir intervalo de almoço.

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA deverá manter em pasta própria a documentação relativa a registro, horário de trabalho e atividade de seus empregados, bem como o Atestado de Saúde Ocupacional - ASO - atualizado sob seu controle, sua guarda e responsabilidade, em recinto do CONTRATANTE (Instrução Normativa MTB nº 03, de 29.08.97 e NR7, do MTE).

Parágrafo Segundo - A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos mencionados nesta cláusula, não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento. Caso venha o CONTRATANTE a satisfazê-los ser-lhe-á assegurado direito de regresso, sendo os valores pagos atualizados financeiramente, desde a data em que tiverem sido pagos pelo CONTRATANTE até aquela em que ocorrer o ressarcimento pela CONTRATADA.

Parágrafo Terceiro - O CONTRATANTE poderá exigir, a qualquer momento, a comprovação do cumprimento das obrigações mencionadas no "caput" desta cláusula.

Parágrafo Quarto - Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento das normas regulamentares da "Segurança e Medicina do Trabalho" cabíveis, bem como, se for o caso, a obrigação de organizar "Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA."

Parágrafo Quinto - A CONTRATADA se obriga a exigir que seus empregados, durante o período que permanecerem nas dependências do CONTRATANTE, trajem uniforme adequado e completo, portem crachá de identificação por ela subscrito, onde constará, além da razão social, o nome completo do servidor, função, data de admissão, número do PIS/PASEP, seu número de registro na empresa e o respectivo horário de trabalho.

Parágrafo Sexto - A CONTRATADA se obriga a substituir, mediante solicitação formal e a critério do CONTRATANTE, qualquer de seus empregados designados para executar as tarefas correspondentes a este contrato, que não esteja correspondendo aos padrões estabelecidos pelo CONTRATANTE. A CONTRATADA terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data da solicitação, para proceder à troca, sob pena de multa.

Parágrafo Sétimo - O não cumprimento das obrigações mencionadas no caput desta cláusula ensejará a instauração de processo administrativo em desfavor da contratada para aplicação das penalidades previstas por este instrumento contratual, sem prejuízo de eventual rescisão administrativa do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - A CONTRATADA se compromete a fornecer, por escrito e mediante solicitação do CONTRATANTE, relatório sobre os serviços prestados, acatando sugestões motivadas, visando corrigir possíveis falhas e melhor atender às necessidades do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - A CONTRATADA se obriga a manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação exigidas na contratação/licitação. Assume, ainda, a obrigação de apresentar, no término do prazo de validade de cada documento, os seguintes comprovantes devidamente atualizados:

- a) prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão Unificada, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União - DAU, por elas administrados, inclusive contribuições previdenciárias;
- b) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, Municipal ou do Distrito Federal do domicílio ou sede da CONTRATADA, compreendendo a Certidão de Quitação de Tributos e a Certidão Quanto a Dívida Ativa - ou outras equivalentes, na forma da lei - expedidas, em cada esfera de governo, pelo órgão competente;
- c) prova de regularidade perante o FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, mediante apresentação do CRF - Certificado de Regularidade de Fundo de Garantia, fornecido pela Caixa Econômica Federal;
- d) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho e da Lei 12.440/2011

Parágrafo Primeiro - Com exceção da GFIP, os documentos exigidos neste contrato deverão ser apresentados no original, em cópia autenticada por cartório ou por publicação em órgão da imprensa oficial. A autenticação poderá ser feita, ainda, mediante cotejo da cópia com o original, por funcionário do CONTRATANTE devidamente identificado.

Parágrafo Segundo - Se a CONTRATADA estiver desobrigada da apresentação de quaisquer documentos solicitados nesta cláusula deverá comprovar esta condição por meio de certificado expedido por órgão competente ou legislação em vigor, na forma exigida no parágrafo primeiro.

Parágrafo Terceiro - A CONTRATADA estará dispensada de apresentar os documentos de que trata esta cláusula, caso seja possível, ao CONTRATANTE, verificar a regularidade fiscal da CONTRATADA por meio de consulta on-line ao SICAF.

Parágrafo Quarto - O CONTRATANTE se reserva o direito de rescindir administrativamente o contrato quando a CONTRATADA não comprovar sua regularidade de situação, na forma descrita nesta cláusula. A rescisão se dará mediante comunicação formal à CONTRATADA.

Parágrafo Quinto - Sendo a CONTRATADA empresa estrangeira, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados ou embaixadas e traduzidos por tradutor juramentado no Brasil.

Parágrafo Sexto - Além dos documentos relacionados no caput desta cláusula, a CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE os seguintes documentos:

- a) anualmente: balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, acompanhado do demonstrativo das contas de lucros e prejuízos que comprovem possuir o proponente boa situação financeira.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - A CONTRATADA declara e obriga-se a:

- a) exercer suas atividades em conformidade com a legislação vigente;
- b) não se utilizar direta ou indiretamente, por meio de seus fornecedores de produtos e serviços, de trabalho ilegal e/ou análogo ao escravo;
- c) não empregar direta ou indiretamente, por meio de sus fornecedores de produtos e serviços, menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso;

- d) não empregar direta ou indiretamente, por meio de seus fornecedores de produtos e serviços, menor de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, e, neste caso, o trabalho não poderá ser perigoso ou insalubre, ocorrer em horário noturno e/ou de modo a não permitir a frequência escolar;
- e) não se utilizar de práticas de discriminação negativa e limitativas para o acesso e manutenção do emprego, tais como por motivo de sexo, origem, raça, cor, condição física, religião, estado civil, idade, situação familiar, estado gravídico, etc.;
- f) proteger e preservar o meio ambiente, prevenindo práticas danosas e executando seus serviços em observância à legislação vigente, principalmente no que se refere aos crimes ambientais;
- g) observar e cumprir as disposições contidas na Lei 12.846/2013, incluindo, mas não se limitando a, não se utilizar de práticas corruptas e/ou antiéticas visando obter ou dar vantagem indevida, de forma direta ou indireta, perante o Banco do Brasil.

Parágrafo Único – A CONTRATADA declara, ainda, conhecer o Código de Ética do CONTRATANTE disponível na Internet, endereço: <http://www.bb.com.br> (página principal).

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - Os serviços objeto deste contrato serão fiscalizados por representantes ou comissão de representantes do CONTRATANTE, que terão a atribuição de prestar orientações gerais e exercer o controle e a fiscalização da execução contratual. As orientações serão prestadas diretamente a preposto designado pela CONTRATADA, por ocasião da assinatura do presente contrato, nos termos do art. 68, da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Único – A ação da fiscalização não exonera a CONTRATADA de cumprir as obrigações contratuais assumidas neste contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - Qualquer reclamação sobre a inexecução ou deficiente execução dos serviços ora contratados, deverá ser feita pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, por escrito, e a esta entregue mediante protocolo – aviso de recebimento (AR) ou por outros meios com confirmação de recebimento. O não atendimento aos termos da reclamação a que alude esta cláusula, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da entrega da reclamação, facultará a rescisão contratual, sem prejuízo do disposto na CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA e VIGÉSIMA SEGUNDA, e seu parágrafo, e da aplicação das penalidades estabelecidas neste contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – A inexecução total ou parcial pela CONTRATADA dos serviços objeto do presente instrumento, relevantes para o funcionamento regular das atividades bancárias, dará ao CONTRATANTE o direito de contratar o serviço de outra empresa. A contratação, em caráter eventual, se dará até que a CONTRATADA retorne às atividades normais ou até que seja providenciada nova contratação, no caso de rescisão.

Parágrafo Único – As despesas com a contratação eventual, de que trata o Caput desta Cláusula, serão de responsabilidade da CONTRATADA quando comprovadamente, esta tiver dado causa a interrupção do serviço objeto deste contrato. A critério do CONTRATANTE, poderá ser utilizada a garantia, no todo em parte, devendo a CONTRATADA ressarcir o CONTRATANTE pelo valor que exceder a garantia contratual. Assume a CONTRATADA, nesse caso, a obrigação de efetuar o respectivo ressarcimento até o 5º (quinto) dia útil após a comunicação, que lhe deverá ser feita por escrito.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - A CONTRATADA responderá pecuniariamente por danos e/ou prejuízos que forem causados ao CONTRATANTE, ou a terceiros, decorrentes de falha dos serviços ora contratados, inclusive os motivados por greves ou atos dolosos de seus empregados. Assume a CONTRATADA, nesse caso, a obrigação de efetuar a respectiva indenização até o 5º (quinto) dia útil após a comunicação, que lhe deverá ser feita por escrito.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - A CONTRATADA se obriga a informar ao CONTRATANTE, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - Na hipótese de fusão, cisão, incorporação ou associação da CONTRATADA com outrem, o CONTRATANTE reserva-se o direito de rescindir o contrato, ou continuar sua execução com a empresa resultante da alteração social.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - É vedado à CONTRATADA caucionar ou utilizar o presente contrato como garantia para qualquer operação financeira.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - A CONTRATADA não poderá utilizar o nome do CONTRATANTE, ou sua qualidade de CONTRATADA em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visitas, anúncios diversos, impressos etc., sob pena de imediata rescisão do presente contrato, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA.

DA CONFIDENCIALIDADE E SIGILO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - A CONTRATADA se compromete a guardar sigilo absoluto sobre as atividades decorrentes da execução dos serviços e sobre as informações a que venha a ter acesso por força da execução deste contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - A CONTRATADA, por seus dirigentes, prepostos ou empregados, compromete-se, mesmo após o término do presente contrato, a manter completa confidencialidade e sigilo sobre quaisquer dados ou informações obtidas em razão do presente contrato, reconhecendo que não poderão ser divulgados ou fornecidos a terceiros, salvo com expressa autorização, por escrito, do CONTRATANTE.

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA será responsável, civil e criminalmente, por quaisquer danos causados a CONTRATANTE e/ou terceiros em virtude da quebra da confidencialidade e sigilo a que estão obrigadas.

Parágrafo Segundo - Para os fins previstos na presente Cláusula, a CONTRATADA obriga-se a manter sob sua guarda e responsabilidade, "Termo de Compromisso com o Sigilo da Informação", firmado por todos os seus empregados que venham a participar da prestação dos serviços objeto deste Contrato, nos termos da minuta constante do **Documento nº 6**, que faz parte integrante deste Contrato.

Parágrafo Terceiro - O CONTRATANTE poderá exigir a qualquer tempo, a apresentação dos Termos a que se refere o Parágrafo Segundo desta Cláusula. A CONTRATADA terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data da solicitação, para a apresentação dos documentos solicitados, sob pena da aplicação das penalidades estabelecidas neste contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - A não utilização, pelas partes, de qualquer dos direitos assegurados neste contrato, ou na lei em geral, não implica em novação, não devendo ser interpretada como desistência de ações futuras. Todos os meios postos a disposição neste contrato são cumulativos e não alternativos, inclusive com relação a dispositivos legais.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - São assegurados ao CONTRATANTE todos os direitos e faculdades previstos na Lei n.º 8.078, de 11.09.90 (Código de Defesa do Consumidor).

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - Os atos praticados pela CONTRATADA, prejudiciais à execução do contrato, sujeitam-na às seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Banco e suas subsidiárias, por período não superior a 2 (dois) anos;

- d) impedimento de licitar e contratar com a União e, descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade;
- e) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a União enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo Primeiro - Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo.

Parágrafo Segundo - A aplicação das penalidades ocorrerá após defesa prévia do interessado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

Parágrafo Terceiro - No caso de aplicação de advertência, multa por inexecução total ou parcial do contrato e suspensão temporária, caberá apresentação de recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

Parágrafo Quarto - Nos prazos de defesa prévia e recurso, será aberta vista do processo aos interessados.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - Ressalvados os casos fortuitos ou de força maior e aqueles que não acarretem prejuízos para o CONTRATANTE, a advertência poderá ser aplicada quando ocorrer execução insatisfatória ou pequenos transtornos ao desenvolvimento deste Contrato, desde que sua gravidade não recomende a aplicação da suspensão temporária ou declaração de inidoneidade.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - O CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA multa por inexecução total ou parcial do contrato correspondente a até 20% (vinte por cento) do valor da nota fiscal/fatura de serviços apresentada no mês anterior para os serviços descritos na CLÁUSULA PRIMEIRA.

Parágrafo Primeiro - Em caso de reincidência, o valor da multa estipulada no "caput" desta cláusula será elevado em 1% (um por cento) a cada reincidência, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor da nota fiscal/fatura de serviços apresentada no mês anterior.

Parágrafo Segundo - A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório, e a sua cobrança não isentará a CONTRATADA da obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

Parágrafo Terceiro - A multa aplicada à CONTRATADA e os prejuízos por ela causados ao CONTRATANTE serão deduzidos de qualquer crédito a ela devido, cobrados diretamente ou judicialmente.

Parágrafo Quarto - A CONTRATADA desde logo autoriza o CONTRATANTE a descontar dos valores por ele devidos o montante das multas a ela aplicadas.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - A suspensão temporária e o impedimento poderão ser aplicados quando ocorrer:

- a) apresentação de documentos falsos ou falsificados;
- b) reincidência de execução insatisfatória dos serviços contratados;
- c) atraso, injustificado, na execução/conclusão dos serviços, contrariando o disposto no contrato;
- d) reincidência na aplicação das penalidades de advertência ou multa;
- e) irregularidades que ensejem a rescisão contratual;
- f) condenação definitiva por praticar fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- g) prática de atos ilícitos visando prejudicar a execução do contrato;
- h) prática de atos ilícitos que demonstrem não possuir o PROPONENTE idoneidade para contratar com o Banco;

- i) inadimplemento, por parte da CONTRATADA, de obrigações trabalhistas e previdenciárias devidas aos seus empregados;
- j) descumprimento das obrigações deste Contrato, especialmente aqueles relativos às características dos serviços, previstas no Documento nº 01 deste Contrato.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - A declaração de inidoneidade poderá ser proposta ao Ministro da Fazenda quando constatada a má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do CONTRATANTE, evidência de atuação com interesses escusos ou reincidência de faltas que acarretem prejuízo ao CONTRATANTE ou aplicações sucessivas de outras penalidades.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA – Adicionalmente, a CONTRATADA declara ter ciência de que as disposições contidas na Lei nº 12.846/2013 se aplicam ao presente contrato, conforme Termo de Compromisso contido no documento nº 07 do contrato.

DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - Fazem parte integrante deste contrato, independente de transcrição, todas as disposições do instrumento convocatório da Licitação referida no preâmbulo, bem como aquelas constantes da Proposta apresentada.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - Fica eleito o foro da cidade de Belo Horizonte (MG), para dirimir as dúvidas oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.)

E, por se acharem justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo.

BELO HORIZONTE, 26 DE AGOSTO DE 2016.

CONTRATANTE:
BANCO DO BRASIL S.A
DIRETORIA DE SUPRIMENTOS E SERVIÇOS COMPARTILHADOS
CESUP ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATOS MG

José Joaquim de Oliveira
Gerente Geral
CPF: 187.042.474-34
RG 1.659.600 SSP/PE

Carlos Maurício Patrício de Resende
Gerente de Área
CPF: 520.698.186-91
RG MG-1.717.513 – SSP/MG

CONTRATADA:
INTERFORT SEGURANÇA DE VALORES LTDA
CNPJ: 04.008.185/0002-12

Luiz Antonio Rech
Procurador
CPF: 173.567.598-68
RG 6.022.457.581 – SSP/RS

TESTEMUNHAS:

Michelli Narg de Almeida
Nome:
CPF: 046.315.324.32

Polsoni Rodolfo Araujo dos Santos
Nome:
CPF: 098.033.434.78

DOCUMENTO N.º 1 DO CONTRATO - DEMONSTRATIVO DE ORÇAMENTO DE CUSTOS - LOTE 03

[illegible]

(a) Salário referente ao mês de Janeiro/2015;
(b) Despesas Administrativas/Operacionais;
(c) Lucro: Ganho líquido das despesas.

PREÇOS DOS SERVIÇOS

PREÇO MENSAL TOTAL

LOTE 03					
POSTO	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE MINIMA	VALOR MENSAL	QUANTIDADE MAXIMA	VALOR MENSAL
TPO "A"	R\$ 3.788,89	164	R\$ 621.377,96	210	R\$ 795.666,90
TPO "A" COM MONITORAMENTO	R\$ 3.803,51	0	R\$ 0,00	1	R\$ 3.803,51
TPO "B"	R\$ 4.781,59	0	R\$ 0,00	1	R\$ 4.781,59
TPO "C"	R\$ 15.364,53	0	R\$ 0,00	1	R\$ 15.364,53
TPO "C" COM MONITORAMENTO	R\$ 15.379,15	0	R\$ 0,00	1	R\$ 15.379,15
TPO "D"	R\$ 15.364,53	0	R\$ 0,00	1	R\$ 15.364,53
TPO "D" COM MONITORAMENTO	R\$ 15.379,15	0	R\$ 0,00	1	R\$ 15.379,15
TPO "E"	R\$ 3.788,89	0	R\$ 0,00	1	R\$ 3.788,89
TPO "E" COM MONITORAMENTO	R\$ 3.803,51	0	R\$ 0,00	1	R\$ 3.803,51
TPO "F"	R\$ 3.788,89	0	R\$ 0,00	1	R\$ 3.788,89
TPO "G"	R\$ 6.971,75	0	R\$ 0,00	1	R\$ 6.971,75
TPO "H"	R\$ 7.014,93	0	R\$ 0,00	1	R\$ 7.014,93
TPO "I"	R\$ 7.270,75	0	R\$ 0,00	1	R\$ 7.270,75
TPO "J"	R\$ 3.788,89	0	R\$ 0,00	1	R\$ 3.788,89
TPO "K"	R\$ 4.820,25	0	R\$ 0,00	1	R\$ 4.820,25
TPO "L"	R\$ 15.364,53	0	R\$ 0,00	1	R\$ 15.364,53
TPO "M"	R\$ 13.951,00	1	R\$ 13.951,00	2	R\$ 27.902,00
TPO "N"	R\$ 9.165,73	0	R\$ 0,00	1	R\$ 9.165,73
TPO "O"	R\$ 15.364,53	0	R\$ 0,00	1	R\$ 15.364,53
TPO "P"	R\$ 3.321,41	0	R\$ 0,00	1	R\$ 3.321,41
TPO "P" COM MONITORAMENTO	R\$ 3.336,03	0	R\$ 0,00	1	R\$ 3.336,03
I - POSTOS PREÇO MENSAL		165	R\$ 981.441,45	231	R\$ 981.441,45
II - REFORÇO HORAS EXTRAS PREÇO MENSAL (20% DE "I")			R\$ 196.288,29		R\$ 196.288,29
PREÇO MENSAL TOTAL (I + II)			R\$ 1.177.729,74		R\$ 1.177.729,74

(*) A Relação de Dependências encontra-se discriminada no Documento n.º 2.

VALORES DE HORAS EXTRAS E REFORÇO

LOTE 03	
REFORÇO	R\$
Reforço Posto "A" - por dia	172,22
Reforço Posto "A com monitoramento" - por dia	172,89
Reforço Posto "B" - por dia	217,35
Reforço Posto "C" - por dia	512,15
Reforço Posto "C com monitoramento" - por dia	512,64
Reforço Posto "D" - por dia	512,15
Reforço Posto "D com monitoramento" - por dia	512,64
Reforço Posto "E" - por dia	172,22
Reforço Posto "E com monitoramento" - por dia	172,89
Reforço Posto "F" - por dia	172,22
Reforço Posto "G" - por dia	316,90
Reforço Posto "H" - por dia	233,83
Reforço Posto "I" - por dia	242,36
Reforço Posto "M" - por dia	465,03
Reforço Posto "N" - por dia	416,62
Reforço Posto "P" - por dia	150,97
Reforço Posto "P com monitoramento" - por dia	151,64
HORA EXTRA	R\$
Hora Extra Posto "A"	25,83
Hora Extra Posto "A com monitoramento"	25,93
Hora Extra Posto "B"	32,60
Hora Extra Posto "E"	25,83
Hora Extra Posto "E com monitoramento"	25,93
Hora Extra Posto "F"	25,83
Hora Extra Posto "G"	47,53
Hora Extra Posto "H"	47,83
Hora Extra Posto "I"	49,57
Hora Extra Posto "M"	95,12
Hora Extra Posto "N"	62,49
Hora Extra Posto "P"	22,65
Hora Extra Posto "P com monitoramento"	22,75
Percentual hora extra (%)	50

Hora Fracionada - Posto "O"	
Diurno	Noturno
R\$ 19,67	R\$ 25,41

DOCUMENTO N.º 2 DO CONTRATO

COMPOSIÇÃO DOS TIPOS DE POSTOS, ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS, DOS RÁDIOS HT E RELAÇÃO DE DEPENDÊNCIAS

COMPOSIÇÃO DOS TIPOS DE POSTOS:

- **POSTO TIPO A** - 44 horas semanais diurnas - posto guarnecido ininterruptamente por 08 horas e 48 minutos, em dias úteis, em horário compreendido entre 06:00 e 22:00 horas, a critério do Banco;
- **POSTO TIPO A - com monitoramento eletrônico:** 44 horas semanais diurnas - posto guarnecido ininterruptamente por 08 horas e 48 minutos, em dias úteis, em horário compreendido entre 06:00 e 22:00 horas, a critério do Banco. Posto exclusivo para Centrais de Monitoramento (operador de monitoramento eletrônico);
- **POSTO TIPO B** - 44 horas semanais noturnas - posto guarnecido por 08 horas e 48 minutos da jornada noturna (o que corresponde a 7 horas e 42 minutos de trabalho efetivo), em dias úteis, com início da jornada a partir das 22:00h, a critério do Banco;
- **POSTO TIPO C** - 24 horas ininterruptas - posto guarnecido todos os dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados;
- **POSTO TIPO C - com monitoramento eletrônico:** 24 horas ininterruptas - posto guarnecido todos os dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados. Posto exclusivo para Centrais de Monitoramento (operador de monitoramento eletrônico);
- **POSTO TIPO D** - 24 horas ininterruptas - posto guarnecido todos os dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados. Posto exclusivo para CSO Valores e CSO Seret;
- **POSTO TIPO D - com monitoramento eletrônico:** 24 horas ininterruptas - posto guarnecido todos os dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados. Posto exclusivo para salas de controle dos CSO Valores e CSO Seret;
- **POSTO TIPO E** - 44 horas semanais diurnas - posto guarnecido ininterruptamente por 08 horas e 48 minutos, em dias úteis, em horário compreendido entre 06:00 e 22:00 horas, a critério do Banco. Posto exclusivo para os CSO Valores e CSO Seret;
- **POSTO TIPO E - com monitoramento eletrônico:** 44 horas semanais diurnas - posto guarnecido ininterruptamente por 08 horas e 48 minutos, em dias úteis, em horário compreendido entre 06:00 e 22:00 horas, a critério do Banco. Posto exclusivo para salas de controle dos CSO Valores e CSO Seret;
- **POSTO TIPO F** - 44 horas semanais diurnas - posto guarnecido ininterruptamente por 08 horas e 48 minutos, em dias úteis, em horário compreendido entre 06:00 e 22:00 horas, a critério do Banco. Os prepostos deste posto são responsáveis pela supervisão dos demais postos. Posto exclusivo para atuação nos CSO Valores e CSO Seret;

BANCO DO BRASIL S/A – PREGÃO ELETRÔNICO 2015/07674(7417)
<http://www.bancobrasil.com.br>

- **POSTO TIPO G** - 12 horas por dia – posto guarnecido ininterruptamente em dias úteis, em horário compreendido entre 06:00 e 22:00 horas, a critério do Banco. Posto exclusivo para salas de controle dos CSO Valores e CSO Seret;
- **POSTO TIPO H** - 12 horas por dia – posto guarnecido ininterruptamente, todos os dias da semana, em horário compreendido entre 06:00 e 22:00 horas, a critério do Banco;
- **POSTO TIPO I** - 12h por dia: guarnecido ininterruptamente por 12h diárias, todos os dias da semana, em horário compreendido entre 6h e 24h, a critério do banco. O serviço fixo deverá ser realizado até as 22h. Serviço entre as 22h e 24h será acionado somente mediante hora extra noturna. Os vigilantes desses postos devem trajar paletô e gravata como uniforme de trabalho. Posto exclusivo para Centro Cultural Banco do Brasil;
- **POSTO TIPO J** - 44 horas semanais diurnas - posto guarnecido por 08 horas e 48 minutos, em dias úteis, em horário compreendido entre 06:00 e 22:00 horas, a critério do CONTRATANTE. Os prepostos serão responsáveis pela supervisão contínua do pleno funcionamento dos postos da unidade;
- **POSTO TIPO K** - 44 horas semanais noturnas - posto guarnecido por 08 horas e 48 minutos, em dias úteis, em horário compreendido entre 22:00 e 06:00 horas do dia subsequente, a critério do CONTRATANTE. Os prepostos serão responsáveis pela supervisão contínua do pleno funcionamento dos postos das unidades;
- **POSTO TIPO L** - 24 horas ininterruptas - posto guarnecido todos os dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados. Os prepostos serão responsáveis pela supervisão contínua do pleno funcionamento dos postos da unidade;
- **POSTO TIPO P** - 44 horas semanais diurnas: guarnecido por 8 horas e 48 minutos, em dias úteis, em horário compreendido entre 6 e 22 horas, a critério do Banco. O posto contará com intervalo entre 1 e 2 horas, estabelecido conforme interesse do serviço.
Obs.: a existência deste posto não descaracteriza a natureza ininterrupta do serviço contratado, que considerado o conjunto dos postos deverá ser prestado de maneira ininterrupta durante o horário definido pelo Banco.
- **POSTO TIPO P - com monitoramento eletrônico:** 44 horas semanais diurnas: posto guarnecido por 8 horas e 48 minutos, em dias úteis, em horário compreendido entre 6 e 22 horas, a critério do Banco. O posto contará com intervalo entre 1 e 2 horas, estabelecido conforme interesse do serviço. Posto exclusivo para Centrais de Monitoramento (operador de monitoramento eletrônico);
Obs.: a existência deste posto não descaracteriza a natureza ininterrupta do serviço contratado, que considerado o conjunto dos postos deverá ser prestado de maneira ininterrupta durante o horário definido pelo Banco.

POSTOS MÚLTIPLOS

- **POSTO TIPO M** - Desarmado e ativo todos os dias. Nos dias úteis: guarnecido por 12 horas ininterruptas, com horário entre 16 e 10 horas do dia subsequente, a critério do Banco. Nos dias não úteis: guarnecido por 24 horas ininterruptas. As obrigações e atividades deste posto são diferenciadas, conforme descrição constante em Informações Auxiliares. Posto com previsão de atendimento em mais de uma Dependência e Atendimento Prioritário;
- **POSTO TIPO N** - Desarmado e ativo todos os dias úteis. Guarnecido por 12 horas ininterruptas, com horário entre 6 e 22 horas, a critério do Banco. As obrigações e atividades

deste posto são diferenciadas, conforme descrição constante em Informações Auxiliares. Posto com previsão de atendimento em mais de uma Dependência;

- POSTO TIPO O -

Guarnecido todos os dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados. Seu acionamento não é realizado no formato de posto fixo, pois ocorre de maneira eventual. O custo do posto deve ser fracionado em horas e diferenciado entre hora diurna e noturna, a débito da unidade atendida. Não existe hora-extra ou reforço para esse posto. Posto exclusivo para acionamentos em situações de Atendimento Prioritário (onde não houver Posto M) ou Plantão (em todos os casos), para todas as dependências atendidas no Contrato. Obs.: O valor/dia do posto será calculado na proporção de 1/30 do seu valor total. Os valores das horas serão calculadas na proporção de 1/720, incidindo valor adicional noturno e reflexos apenas na hora noturna.

INFORMAÇÕES AUXILIARES

DESCRIÇÃO DETALHADA DAS ATIVIDADES REFERENTES AOS POSTOS "M", "N" E "O"

POSTO M

Características:

1. Posto com previsão de atendimento em mais de uma Dependência ou Ponto de Atendimento do Banco.
2. Responsável pela verificação das condições de segurança dos locais determinados, incluindo a SAA, o corredor de abastecimento dos TAA, câmeras de CFTV, sensores de alarme, presença de objetos espúrios e demais condições e artefatos de segurança e pelo Atendimento Prioritário.
3. Dispõe de dispositivo para comunicação com a empresa de Vigilância e responsáveis pela segurança do Banco.
4. Responsável pelo porte de envelope lacrado, com a chave da Dependência (quando autorizado pela área de segurança do Banco).
5. Responsável pela abertura da Dependência à polícia (quando necessário).
6. Responsável pela comunicação à área de segurança do Banco para acionamento de posto de vigilância para plantão na dependência (quando necessário).
7. Responsável por relatório detalhado das atividades realizadas.

POSTO N

Características:

1. Posto com previsão de atendimento em mais de uma Dependência ou Ponto de Atendimento do Banco.
2. Responsável pela verificação das condições de segurança da SAA, do corredor de abastecimento dos TAA, câmeras de CFTV, sensores de alarme, presença de objetos espúrios e demais condições e artefatos de segurança.
3. Dispõe de dispositivo para comunicação com a Empresa de Vigilância e responsáveis pela segurança do Banco.
4. Responsável pelo porte de envelope lacrado com a chave da Sala de Autoatendimento (quando autorizado pela área de segurança do Banco).
5. Responsável por relatório detalhado das atividades realizadas.

POSTO O

Características:

1. Posto de vigilância com previsão de atendimento em mais de uma Dependência ou Ponto de Atendimento do Banco.
2. Responsável por Atendimento Prioritário e Plantão (caso alguma dependência do lote atendido pela Empresa de Vigilância necessite de vigilância fora do horário de expediente e não conte com vigilância ininterrupta, o posto O será acionado até a chegada do quadro efetivo da vigilância local).
3. Dispõe de dispositivo para comunicação com a empresa de Vigilância e responsáveis pela segurança do Banco.

4. Responsável pelo porte de envelope lacrado, com a chave da Dependência (quando autorizado pela área de segurança do Banco).
5. Responsável pela abertura da Dependência à polícia.
6. Responsável por relatório detalhado com os eventos atendidos e plantões realizados.

PROCEDIMENTOS DA EMPRESA DE VIGILÂNCIA PARA GUARDA DE CHAVES, ATENDIMENTO PRIORITÁRIO E PLANTÃO.

Nota:

1. Todas as empresas deverão disponibilizar às Regionais de Segurança do Banco do Brasil, lista atualizada com os números e nomes dos supervisores das suas centrais 24 horas, contendo a identificação das dependências sob sua responsabilidade.
2. A empresa deverá entregar relatório à Rerop, no dia útil seguinte, contendo as ocorrências (dia, local e hora) e providências adotadas (comparecimento da polícia, contatos com a empresa de Alarme e área de segurança do Banco, se foi designado vigilante de plantão, explicando motivos e duração do serviço).
3. O meio de transporte necessário para a realização das atividades dos postos tipo "M", "N" e "O", é de responsabilidade da Empresa de Vigilância e deve constar na precificação do serviço.

GUARDA DE CHAVES

A critério do Contratante, os postos tipo "M", "N" ou "O" poderão portar envelope lacrado contendo cópia da chave da dependência, para, em caso de acionamento por parte do Banco, conceder acesso à polícia para vistoria interna.

As chaves serão entregues pelo Contratante à Contratada acondicionadas em envelope lacrado com a identificação do local a que se referem.

A Contratada deve, por sua vez, colocar cada envelope recebido do Contratante em envelope de cor parda, fechado com cola e sem identificação da localidade, que deverá ser entregue ao posto designado para a função de Verificação de Segurança Patrimonial ou Atendimento Prioritário (o envelope externo deve apresentar código capaz de permitir ao vigilante a identificação da dependência. Exemplo: "1" – Número que indica que o envelope pertence à Agência XYZ).

Enquanto não estiverem em uso, as chaves deverão ser acondicionadas pela Contratada em armário de segurança (após a colocação em envelope pardo sem a identificação da localidade).

A Contratada deverá orientar o posto sobre as situações previstas para a utilização das chaves em situações de Atendimento Prioritário ou Verificação das Condições de Segurança.

A qualquer momento, o Contratante poderá solicitar os envelopes para conferência de sua integridade. No caso de utilização, as chaves deverão ser devolvidas à respectiva dependência e o fato anotado no Livro de Ocorrências. Novo envelope lacrado será confeccionado pelo Contratante e entregue à Contratada.

Observação: Não será dado conhecimento, aos vigilantes, das senhas do sistema de alarme das dependências.

ATENDIMENTO PRIORITÁRIO

Conceito: Atendimento dispensado para situações que envolvam suspeitas de ameaça ao patrimônio do Banco, tais como:

- Imagens suspeitas ou perda de visualização de imagens reportada pela área de segurança do Banco;
- Falha na tentativa de contato com a Dependência (ou Ponto de Atendimento);
- Falta de retorno ou mau funcionamento dos dispositivos de segurança, comunicação ou monitoração;
- Situações suspeitas relatadas por terceiros ou indicadas por dispositivo de segurança.

A empresa de Vigilância aciona o Posto tipo "M" (ou o Posto tipo "O", no caso de inexistência do posto M), em consonância com a solicitação ou autorização da área responsável pela segurança do Banco.

PLANTÃO

Conceito: Situações que representam ameaça ao patrimônio do Banco, tais como:

- Arrombamento ou tentativa de arrombamento;

- Danos ou avarias nas Dependências (ou Pontos de Atendimento) resultantes de eventos atípicos (ações criminosas, desastres naturais etc);
- Considerações dos postos de vigilância que tenham atendido o local previamente (Posto M/O);
- Outra situação que indique perigo potencial (exemplo: indisponibilidade de dispositivo de segurança);

A empresa de Vigilância aciona o Posto tipo "O" em consonância com a solicitação ou autorização da área responsável pela segurança do Banco.

PROCEDIMENTOS DOS POSTOS "M", "N" e "O" E ROTINAS PARA ATENDIMENTO PRIORITÁRIO E PLANTÃO:

POSTO M:

1. O posto tipo M deve verificar as condições de segurança de Dependências ou Posto de Atendimento do Banco pré-determinados pela Rerop.
 2. A verificação deve ser realizada dentro dos limites das Unidades e consiste em apurar a existência de prejuízos ou tentativas criminosas contra o patrimônio do Banco.
 3. Caso a porta da Sala de Autoatendimento esteja aberta, o posto M deve realizar a verificação do ambiente, observando, inclusive, o corredor de abastecimento dos TAA, se visível, câmeras de CFTV, sensores de alarme e demais condições e artefatos de segurança da SAA.
 4. Se identificada alguma anormalidade, deve-se seguir os procedimentos previamente acordados com a Rerop ou contatar a área responsável pela segurança do Banco.
 5. A verificação deverá ser interrompida imediatamente em prol do Atendimento Prioritário.
 6. Deverá ser preenchido, a cada verificação, check-list elaborado pela Rerop, a ser entregue junto com o relatório, no dia útil seguinte.
- Cada ponto de atendimento deverá ser verificado no mínimo uma vez por período de 12 horas.

POSTO N:

1. O posto N deve verificar as condições de segurança de Dependências ou Posto de Atendimento do Banco pré-determinados pela Rerop.
2. A verificação deve ser realizada dentro dos limites das Unidades e consiste em apurar a existência de prejuízos ou tentativas criminosas contra o patrimônio do Banco.
3. O posto N deverá realizar vistoria na SAA, verificando, inclusive, o corredor de abastecimento dos TAA, câmeras de CFTV, sensores de alarme, presença de objetos espúrios e demais condições e artefatos de segurança da SAA.
4. Se identificada alguma anormalidade, deve-se seguir os procedimentos previamente acordados com a Rerop ou contatar a área responsável pela segurança do Banco.
5. Deverá ser preenchido, a cada vistoria, check-list elaborado pela Rerop, a ser entregue junto com o relatório, no dia útil seguinte.

POSTO O:

1. Responsável pelas rotinas previstas para Atendimento Prioritário e Plantão.

ATENDIMENTO PRIORITÁRIO:

O Posto acionado tipo "M" (ou tipo "O", caso não exista posto "M") negocia encontro com os policiais em local próximo à dependência portando dispositivo para comunicação com a empresa de Vigilância ou responsáveis pela segurança do Banco, verificando:

- Condições de segurança da dependência (informa, se necessário, aos responsáveis pela segurança do Banco que irá abrir a porta da Dependência à polícia para vistoria);
- Porta do autoatendimento (tranca-a, se necessário);
- Comunica à base o que foi encontrado (se necessário, aciona posto para plantão);
- Telefona ao responsável pela segurança do Banco e comunica a situação da dependência e sobre a presença de segurança ininterrupta no local.

Informa ao responsável pela segurança do Banco o encerramento da ocorrência.

PLANTÃO:

O Posto tipo "O" se dirige ao batalhão ou posto da polícia mais próximo ou negocia encontro com os policiais em local próximo à dependência - o que for mais rápido - portando a chave da Dependência e dispositivo para comunicação com a empresa de Vigilância ou responsáveis pela segurança do Banco:

- Acompanha ou aguarda vistoria da Dependência pela polícia;
- Informa para a empresa de Vigilância ou responsáveis pela Segurança do Banco que a porta da Dependência será aberta para vistoria da polícia ou permanência em regime de plantão;
- Comunica à base e aos responsáveis pela segurança do Banco o que foi encontrado e comunica a situação da dependência, inclusive sobre a presença de segurança ininterrupta no local;
- Informa ao responsável pela segurança do Banco o encerramento da ocorrência.

TELEFONES

Telefones do Complexo de Segurança do Banco do Brasil em Brasília - DF:

Incidentes de Segurança: (61) 3102.1010

Disparos de Alarme: (61) 3102.9090

Telefones das Centrais de Segurança Regionais:

Informados pelas Rerop - Regionais de Segurança, de cada jurisdição.

ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA DOS RÁDIOS HT:

- Rádio transreceptor portátil //hand-talk com dois canais, 02 watts de potência, acompanhado de bateria recarregável de nica, clip para cinto, fone de ouvido, microfone de lapela, bateria sobressalente, carregador de mesa portátil e manual de operação; fabricante: Motorola (mod. pro 1150), Phillips, Nec ou equivalente.
- Item com utilização somente para finalidade de segurança e com parecer da Regional de segurança jurisdicionante.

<http://www.bancobrasil.com.br>

REF	SB	HOME	A	AM	B	C	CM	II	SM	E	EM	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	PM	RADIO HT
8113	08	PALMAHES	3																					
8104	08	AGRESTINA	3																					
9220	08	GUANA	3																					
8120	01	GUANAPARITAPES/DOCA	3																					
8233	08	VIÇOSA DE STO. ANTONIO	4																					
8344	08	ÁGUA PRETA	3																					
8333	08	CANTAS BARRETO	3																					
8323	08	PAB. TANCREDO NEVES	3																					
8716	08	SAPRERENOS	3																					
8114	28	CABO	3																					
8114	51	PAB. PE. INDIAS - SUAPE	3																					
8114	83	PAB. AMES. U. CARD.	3																					
8834	08	BOATO	3																					
8822	28	ORIVATA	3																					
8834	08	JERÔNIMO DOS GUARAPAPES	3																					
8952	08	CUPIRA	3																					
9038	08	ETECAPA	3																					
1332	08	SAO LOURENÇO DA MATA	3																					
1844	08	ALDOSA	3																					
1758	08	ABARAJI	3																					
1261	08	IGARASSU	3																					
1508	08	CASA FORTE	3																					
1508	12	PAB. H. ALMEIDA NON. MAGALHÃES	3																					
1843	08	BEZERRAS	3																					
8719	08	CARMOG. M. DE SAO FELIX	3																					
1741	08	CATEJE	3																					
1782	08	CONDADO	3																					
8114	58	SHOPPING TACARUNA	3																					
8114	61	SHOPPING TACARUNA/PAB. SESI	3																					
8114	63	SHOPPING TACARUNA/PAB. MEX. H. M. R.	3																					
8114	63	SHOPPING TACARUNA/PAB. INF. PE.	3																					
1435	08	BOUCA	3																					
1613	08	SENTELA PAB. CESTUARIAS																						

<http://www.bancobrasil.com.br>

Ottimo de i pariti. M'andò a vestiti come me, ch'è scapigliatissim.

DOCUMENTO N.º 3 DO CONTRATO

RELAÇÃO DAS DEPENDÊNCIAS ONDE OS SERVIÇOS FORAM EFETIVAMENTE PRESTADOS

Lote N.º:
Mês/Ano:

PREFIXO/NOME DA DEPENDÊNCIA	ENDEREÇO	QUANTIDADE CONTRATADA	VALOR – R\$

DOCUMENTO N.º 4 DO CONTRATO

TERMO DE ASSUNÇÃO DOS SERVIÇOS

Pelo presente instrumento, a empresa - CNPJ, neste ato representada por seu Sr. CPF, assume, a partir desta data, os serviços de vigilância armada com cobertura ininterrupta, bem como realiza compromisso particular de guarda de segredo profissional de todas as informações que lhe venham a ser confiadas para fins do cumprimento do presente contrato, implicando diretores e empregados, os quais se lhe estão submetidos em consequência do poder patronal, ficando abrangido o compromisso nos termos da legislação federal vigente, para imóveis utilizados pelo CONTRATANTE, no Estado de Pernambuco - Lote 03, nos termos do Contrato de Prestação de Serviços nº 2016/7417-0651, assinado em 05.09.2016, decorrente do Pregão Eletrônico nº 2015/07674 (7417).

Local e Data,

CONTRATADA:



NOME E ASSINATURA (representante legal)
CPF:

Luiz Antonio Rech
Gerente Comercial
Interfort Segurança de Valores Ltda



Reconhecimento de Firma
Reconheço a(s) assinatura(s) de
Luiz Antonio Rech
por Autenticidade
(X) por Semelhança
do que Dou fé
Capela do Rio de Vento, RN, 29/08/2016
[Assinatura]

[Assinatura]

DOCUMENTO N.º 5 DO CONTRATO

MINUTA DE DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO E IMUNIDADE DE TRIBUTOS

IR, CSLL, COFINS, PIS/PASEP-Retenção na Fonte
Declaração de Isenção – Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES NACIONAL)

DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO

Ilmo. Sr. (autoridade a quem se dirige)

.....(Nome da entidade), com sede.....(endereço completo), inscrita no CNPJ sob o n.º..... DECLARA à.....(nome da entidade pagadora), para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da CSLL, da COFINS, e da contribuição para o PIS/PASEP, a que se refere o art. 64 da Lei n.º 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e art. 34 da Lei n.º 10.833, de 29 de dezembro de 2003, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES NACIONAL, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

01. Para esse efeito, a declarante informa que:

- a) preenche os seguintes requisitos:
- I conserva em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
 - II cumprir as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente.
- b) o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal e à unidade pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação destas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei n.º 9.430, de 1996, o sujeitará, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1.º da Lei n.º 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Local e data

Assinatura do Responsável

Luiz Antonio Rech
Berente Comercial
Interfort Segurança de Valores Ltda



Reconhecimento de Firma
Reconheço a(s) assinatura (s) de
Luiz Antonio Rech
() por Autenticidade
(x) por Semelhança
do que Dou fé: 29 Abr 2016
Cidade de Rio de Janeiro, RJ
[Signature]

DOCUMENTO Nº 7 DO CONTRATO

**MINUTA DE TERMO DE COMPROMISSO DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E
COMBATE À CORRUPÇÃO.**

A contratada.....(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), inscrito no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº (e suas empresas controladas, coligadas ou as consorciadas), no âmbito deste contrato, declara(m) e se compromete(m) a:

- I. Adotar boas práticas de preservação ambiental, protegendo o meio ambiente, prevenindo práticas danosas e executando seus serviços em observância à legislação vigente, principalmente no que se refere aos crimes ambientais.
- II. Não constar, esta empresa e seus sócios-diretores, em listas oficiais por infringir as regulamentações pertinentes a valores socioambientais, bem como não contratar pessoas físicas ou jurídicas, dentro de sua cadeia produtiva, que constem de tais listas;
- III. Repudiar condutas que possam caracterizar assédio de qualquer natureza.
- IV. Combater práticas de exploração sexual de crianças e adolescentes.
- V. Respeitar a Declaração Universal dos Direitos Humanos combatendo à discriminação em todas as suas formas.
- VI. Reconhecer, aceitar e valorizar a diversidade do conjunto de pessoas que compõem a empresa.
- VII. Obedecer e fazer com que seus empregados, representantes e fornecedores obedçam a toda legislação, normas e regulamentos aplicáveis à condução dos projetos sociais.
- VIII. Respeitar a livre associação sindical e direito à negociação coletiva.
- IX. Cumprir a legislação trabalhista e previdenciária.
- X. Disseminar práticas de responsabilidade socioambiental na cadeia de fornecedores.
- XI. Criar ou reforçar, bem como manter, todas as ações e procedimentos necessários para que as pessoas que integram as suas estruturas da empresa conheçam as leis a que estão vinculadas, em especial art. 299 do Código Penal Brasileiro, artigo 5º da Lei 12.846/2013 e art. 90 da Lei 8.666/1993, ao atuarem em seu nome ou em seu benefício, para que possam cumpri-las integralmente, especialmente, na condição de fornecedor de bens e serviços para o Banco do Brasil;
- XII. Vedar que qualquer pessoa ou organização que atue em seu nome ou em seu benefício prometa, ofereça, comprometa-se a dar qualquer tipo de vantagem indevida, de forma direta ou indireta, a qualquer funcionário desta instituição financeira, ou a qualquer pessoa ou empresa em nome do Banco do Brasil.
- XIII. Não financiar, custear, patrocinar ou subvencionar a prática dos atos ilícitos;
- XIV. Proibir ou reforçar a proibição de que qualquer pessoa ou organização que aja em seu nome, seja como representante, agente, mandatária ou sob qualquer outro vínculo, utilize qualquer meio imoral ou antiético nos relacionamentos com funcionários do Banco do Brasil;
- XV. Não fraudar, tampouco manipular o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com o Banco do Brasil e não criar pessoa jurídica de modo fraudulento ou irregular para celebrar contrato administrativo;

XVI. Apoiar e colaborar com o Banco do Brasil e demais órgãos, entidades ou agentes públicos em qualquer apuração de suspeita de irregularidades e/ou violação da lei, refletidos nesta declaração, sempre em estrito respeito à legislação vigente.

E, ainda, declara que:

I- Tem ciência e se obriga a cumprir integralmente a Lei nº 12.846/2013, observados os atos considerados lesivos à administração pública relacionados no artigo 5º do respectivo normativo legal e a responsabilização e aplicação administrativa e civil que é atribuída à pessoa jurídica em razão do seu cometimento;

II- O conteúdo da proposta apresentada não foi informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa antes da abertura oficial das propostas;

III- Tem ciência de que, conforme disposto no artigo 30 da Lei 12.846/2013, não se afasta o processo de responsabilização e aplicação das penalidades decorrentes de: I – ato de improbidade administrativa nos termos da Lei 8.429, de junho de 1992; e, II – atos ilícitos alcançados pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ou outras normas de licitações e contratos da administração pública, inclusive no tocante ao Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC instituído pela Lei 12.462, de 4 de agosto de 2011.

IV- Que o descumprimento dos itens XI a XVI ensejará penalidades de acordo com o art. 299 do Código Penal Brasileiro, artigo 5º da Lei 12.846/2013 e art. 90 da Lei 8.666/1993,

A empresa (controladas, coligadas ou consorciadas) está ciente do teor e da extensão deste documento e que detém plenos poderes e informações para firmá-lo.

.....

RECONECIDA
Cópia autêntica de documento original

(data)

Luiz Antonio Rech
Gerente Comercial
(representante legal)
Lida Marc Fomento de Valores Ltda

Reconhecimento de Firma
Reconheço a(s) assinatura(s) de
Luiz Antonio Rech

() por Autenticidade
(X) por Semelhança
do que Dou fé
Capeta do Rio de Janeiro RJ 29/04/2016
Reyn

ARTE-030111
PRIMA
RESPONSABILIDADE
Lida Marc Fomento de Valores Ltda
CNPJ nº 16.088.888/0001-00
Insc. Est. nº 123456789012345
Insc. Mun. nº 987654321098765